

## Acta n.º 2/2017

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de 2017, pelas quinze horas, na sede de Inválidos do Comércio (IC), reuniu em segunda convocação a Assembleia-Geral (AG) dos Associados, convocada regularmente nos termos estatutários.

A Mesa da AG foi constituída por Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo (sócio n.º 20699) como Presidente, João Eduardo Augusto Paulo (sócio n.º 22766) como 1.º Secretário e Humberto Rui Ramos Moreira (sócio n.º 20291) como 2.º Secretário.

A Ordem de Trabalhos (O.T.) continha os seguintes pontos:

- 1) Apreciar e votar o Programa de Acção, o Orçamento para 2018 e o Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Aprovar o valor da quota de associado de Inválidos do Comércio para 2018.
- 3) Proposta n.º 4/2017 – Aquisição de 2/3, das frações A, B, C, D, E, H, I e J, do prédio sito em Lisboa, Rua Sebastião Saraiva Lima, n.º 53, em compropriedade com a Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Industria e a Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa, pelo valor máximo de 400 000,00€.
- 4) Proposta n.º 5/2017 – Aquisição de 25% da fração N, correspondente ao 2.º. - Dt.º, do prédio sito na Rua Ricardo Jorge, n.º 4, Alvalade, em Lisboa, atualmente em compropriedade com a Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Industria, pelo valor máximo de 22 500,00€.
- 5) Informações.

A iniciar o período antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa leu um requerimento entregue à Mesa pelo Associado n.º 6106, João Manuel Carvalho Quintas, que se encontra arquivado em pasta própria e faz parte integrante da presente acta, no sentido de ser considerada aprovada a redacção da acta elaborada com base na gravação efetuada no decurso da sessão.

Foi o mesmo posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos 178 associados presentes.

Em seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, relativo ao processo judicial intentado por alguns associados contra IC, confirmando a sentença do Tribunal da Relação de Lisboa, ao invés da sentença em 1.ª Instância.

Entrando no Ponto 1 da O.T. foi dada a palavra ao Presidente da Direcção, que apresentou o Programa de Acção e o Orçamento para 2018, tendo assinalado como base orientadora as acções para a melhoria das condições gerais de IC, salientando a Alimentação, os Recursos Humanos, a implementação do projeto sobre a obra da 5ª. Fase, cuja previsão actual de orçamento se situa em 545 000,00€, anotando que o aumento da capacidade de alojamento passaria de 42 para 78 utentes. Fez, também, referência ao investimento no Património de 200.000€, nomeadamente, a recuperação de rendas, o arrendamento de imóveis devolutos, entre outras novas iniciativas. Ainda, na área patrimonial, enfatizou a necessidade do aumento de Sócios, a ampliação do sector de Fisioterapia, para que possa ser usada pelos sócios em regime externo, e a promoção de Voluntariado, através da adoção de um plano para o efeito, com prioridade no SAD/Serviço de Apoio a Dependentes. Uma referência importante foi feita ao desenvolvimento de uma Unidade de Cuidados Continuados, construída de raiz, que teve de imediato a aprovação geral. O parecer do Conselho Fiscal foi concomitantemente aprovado, nomeadamente no que concerne aos seguintes pontos: programa de ação; conta de exploração previsional; orçamento de investimentos.

Terminou o Presidente apresentando as Contas de Exploração com os valores de Rendimentos 6.319.721€ e de Gastos de 6.384.831€, de que resulta um saldo negativo de 65.110€. Foram, ainda, aprofundados os Investimentos a realizar.

Antes da votação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral fez notar que os documentos estavam disponíveis no site de IC, a partir do dia 10/11/2017, mas, também, podiam ser obtidos por mail ou em IC quando fossem solicitados, tal como estava indicado na Convocatória da AG.

Postos os documentos à discussão, inscreveram-se 3 Sócios. Tomou a palavra o associado Vítor Manuel Vozzone Damião (sócio n.º 20325) que teceu vários cometários acerca de alguns pontos referidos pelo Presidente comparando-os com as acções desenvolvidas na Direcção anterior. Quanto ao aumento de salários dos colaboradores, considerou que podiam ser superiores; sobre o concurso para as Obras da 5ª. Fase, indicou que este processo já tinha começado na Direcção anterior; no âmbito dos Recursos Humanos considerou inadequada a contratação de uma empresa de serviços; relativamente ao Património imobiliário falou sobre a

reorganização do serviço de património, obras nas casas de banho, obras de pintura exterior, imóveis devolutos e propôs a publicação no site da situação dos arrendamentos (com indicação da percentagem de incumprimento).

Interveio de seguida o associado Manuel Silva Oliva (sócio n.º 23303) que considerou ser preciso dar mais tempo à Direcção para realizar mais acções, congratulando-se com a decisão de promover a Unidade de Cuidados Continuados, como um objetivo fundamental e indispensável. Perguntou ainda se estava previsto mais investimento na Creche na perspectiva da criação de um infantário.

Por fim, o associado n.º14334, António Jesus Costa considerou, tal como o sócio anterior, que era uma excelente ideia a Unidade de Cuidados Continuados e também ser importante uma formação adequada dos trabalhadores para um trabalho empenhado. Referiu ainda problemas relativos ao ar condicionado do SAD.

Para responder às questões levantadas, tomou primeiro a palavra o Vice-Presidente da Direcção, Francisco Cavalheiro. Referiu que os aumentos de salários tinham de estar de acordo com uma consciente sustentabilidade financeira da Instituição, e que o contrato com uma empresa de serviços para auxiliares e enfermeiros, foi efectuado através de uma consulta a 4 empresas, dado que IC estavam numa situação de ruptura iminente, mesmo depois de terem sido feitas mais de 70 entrevistas. Informou que estão a decorrer as obras nas casas de banho e na copa do SAD, reconhecendo que algumas pinturas exteriores não foram ainda realizadas mas estão a ser planeadas para resolução a curto-prazo. Disse, ainda, que se estão a desenvolver esforços para a construção de um Jardim de Infância mas procurando o financiamento adequado, quanto aos critérios das fontes, para que o valor das mensalidades possa ser inferior a 400€.

Falou seguidamente a Tesoureira, Teresa Roque, informando que o concurso para a área da Alimentação, feito pela Direcção anterior, estava fora de prazo pelo que se decidiu não prorrogar o contrato atual e fazer um outro para se obterem melhores condições em preço e qualidade, e que se pretende alargar as refeições aos trabalhadores nocturnos pelo facto de não terem onde comer. Relativamente às rendas, os contratos estão a ser cumpridos.

A Directora Maria Vitória Campos esclareceu que está a ser elaborado um plano de formação que atenda às necessidades e correspondente dotação orçamental, tendo em conta a descrição das funções desempenhadas em diálogo com os trabalhadores dos diversos sectores, dado que anteriormente tal não existia, considerando que além do vencimento, o

facto de os trabalhadores serem ouvidos é motivo para os incentivar a um melhor desempenho que se pretende premiar.

O Vice-Presidente Francisco Cavalheiro abordou, ainda, a questão do ar condicionado no SAD, referindo que já foi várias vezes equacionado, mas que existem utentes que aprovam e outros que rejeitam a sua utilização, pelo que se decidiu desde já colocar ventoinhas e dispensadores de água enquanto se estuda a melhor solução.

Não havendo mais esclarecimentos a prestar, passou-se à votação do Ponto 1 da O.T., que foi aprovado com 162 votos a favor, zero votos contra e 7 abstenções, estando presentes 183 associados, pelo que os documentos foram aprovados por maioria.

Iniciando o ponto 2 da OT, referente ao valor da quota de associado foi dada a palavra à Directora Maria Antónia Figueiredo, que referiu poder o valor da quota base (3,50€/mês) paga pelos sócios, ser aumentada sempre que pretendam, pelo que a Direcção prefere deixar ao critério de cada um essa decisão. Fez, ainda, um apelo para que os sócios tragam outros para a família de IC, informando que uma das medidas a pôr em prática para que haja uma maior aproximação com os associados de IC será proporcionar o serviço de fisioterapia a todos os sócios.

Posto o assunto à discussão, não houve inscritos pelo que se passou à votação do ponto 2 da O.T., que foi aprovado com 149 votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, estando presentes 175 associados, pelo que foi aprovado por maioria.

Passando aos pontos 3 e 4 da OT, sobre os quais a Mesa acedeu ao pedido do Presidente da Direcção para a sua apresentação conjunta, tomou este a palavra, salientando os aspectos mais relevantes das aquisições, tendo como enquadramento o facto de esta Direcção considerar que, para IC, é importante dispor de património que lhe proporcione rendas e, deste modo, melhor financiar as suas actividades. Disse, ainda, que os valores máximos da aquisição estão suportados em pareceres elaborados por avaliadores.

Posto o assunto à discussão, não houve inscritos pelo que se passou à votação do ponto 3 da O.T., sendo aprovada a *“aquisição de 2/3, das fracções A, B, C, D, E, H, I e J, do prédio sito em Lisboa, Rua Sebastião Saraiva Lima, n.º 53, pelo valor máximo de 400.000,00€, dividido pela totalidade das fracções a adquirir, correspondendo assim a cada 1/3 das fracções A e B o valor de 23.935,09€ e a cada 1/3 das fracções C, D, E, H, I e J o valor de 25.354,97€”* com 141 votos a favor, zero votos contra e 5 abstenções, estando presentes 168 associados, pelo que foi aprovada por

maioria a proposta n.º 4/2017, que se encontra arquivada em pasta própria e faz parte integrante da presente acta.

De seguida votou-se o ponto 4 da O.T. que foi aprovado com 141 votos a favor, zero votos contra e 4 abstenções, estando presentes 168 associados, pelo que foi aprovada por maioria a proposta n.º 5/2017, que se encontra arquivada em pasta própria e faz parte integrante da presente acta.

Por fim, entrou-se no ponto 5 da O.T., no qual vários associados se inscreveram para tomar a palavra sobre assuntos diversos.

A Mesa deu a palavra a Alberto Pereira da Costa sócio n.º 19281, o qual referiu que estava interessado numa fracção de um prédio sito no Porto que tinha sido autorizada a sua venda na AG de Março passado. Dado que não tinha resposta à sua pretensão enviou vários mails à Direcção até que foi recebido pelo actual Presidente que o informou da decisão de não vender, mas sim arrendar. Teceu, ainda, alguns comentários acerca de outros apartamentos que considerava estarem degradados.

Em resposta, a Tesoureira Teresa Roque informou que a autorização de venda dada na AG de Março não obrigava a que tal fosse feito. Na altura, em reunião de Direcção, foi decidido que aquele imóvel fosse arrendado.

Georgina Carmo Loureiro Fernandes Rocha (sócio n.º 13672), comentou que os membros da Direcção anterior estiveram até ao fim do mandato, mesmo não estando totalmente de acordo com o Presidente. Por isso organizou uma lista que concorreu às eleições, após as quais propôs que se constituísse um Conselho Consultivo com alguns desses elementos, o que não tinha ainda acontecido.

Carlos Manuel Ramos Norte, sócio (sócio n.º 13367), alertou que na noite de 18/11/2017, o posto de enfermagem informou-o que o seu tio estava a caminho do Hospital de Santa Maria, para onde se deslocou imediatamente. Ao chegar, constatou que ele não estava acompanhado e a roupa que trazia era escassa e não adequada à situação; no dia 22/11/2017, o tio voltou ao HSM mas já com a roupa adequada à situação.

Em resposta, a Directora Maria Antónia Figueiredo referiu que não é usual isto acontecer, pelo que agradeceu as observações, no sentido de se poder melhorar este serviço para que tal não volte a acontecer.

António Jesus Costa, (sócio n.º 14334), apresentou uma proposta que se resume a seguir:

“Considerando o objectivo dos IC no Ponto 8 do Programa de Acção no sentido de melhorar a ligação dos sócios a IC; considerando o Ponto 2 de

mesmo Programa onde decorre uma consulta para exploração do Refeitório; proponho que, se ainda for possível, seja incluído no caderno de encargos a obrigatoriedade da publicação na Internet das ementas, com alguma antecedência.”

Em resposta, tomou a palavra Teresa Roque que garantiu o compromisso da Direcção em publicar as ementas no site conforme sugerido.

Noémia Maria Neves Summavielle, (sócia n.º 20908), referiu não ser verdade que os critérios de escolha num concurso para a Alimentação sejam só pelo custo mais baixo. Outros critérios podem e devem ser tidos em consideração, o que teve o acordo da Tesoureira.

Romão Rosa Cruz, (sócio n.º 16365), mencionou um incêndio num edifício na Rua da Bela Vista à Graça, em 24/7/2017, e, questionou a Direcção sobre a intenção de comunicar ao seguro.

Em resposta, a Tesoureira Teresa Roque informou que, como consequência do contrato de aluguer, a responsabilidade pertence ao contratado e como tal não convém a IC accionar a sua seguradora para resolver o problema.

Vitor Damião, (sócio n.º 20325), tomando como exemplo o imóvel do Porto (citado pelo sócio Alberto Pereira da Costa), referiu que deve ser colocado no site qual é o valor das rendas que se pretendem para que o arrendamento seja transparente, considera, também, importante que a Direcção responda atempadamente aos sócios e que esclareça as razões da decisão de arrendamento, não questionando no entanto a sua legitimidade.

Em resposta, a Tesoureira Teresa Roque informou que a decisão de arrendar o edifício do Porto foi tomada na Direcção anterior, presidida pelo associado Vitor Damião, estando lavrada em Acta e disponível para ser consultada.

Manuel Conceição Ferreira, (sócio n.º. 20314), informou que o imóvel do Porto está arrendado por um valor que nos 10 anos de vigência do seu contrato, supera o valor mínimo atribuído para a sua venda, estando, ainda, as obras necessárias a cargo do arrendatário. No caso da venda haveria a perda definitiva do património, o que não é desejável a longo prazo para IC.

No final do ponto 5 o Presidente da Direcção agradeceu a presença de todos os sócios assumindo o compromisso para fazer o melhor em prol de IC. Referiu, ainda, que em breve seria ponderada a criação do Conselho Consultivo, conforme sugerido pela sócia Georgina Rocha, apesar de não ser um compromisso programático desta Direcção.

Pelas 17h45m, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluídos os trabalhos dos quais se lavrou a presente acta que vai ser assinada.

O Presidente:

Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo (Dr.)

O 1º. Secretário:

João Eduardo Augusto Paulo (Engº.)

O 2º. Secretário:

Humberto Rui Ramos Moreira (Dr.)